

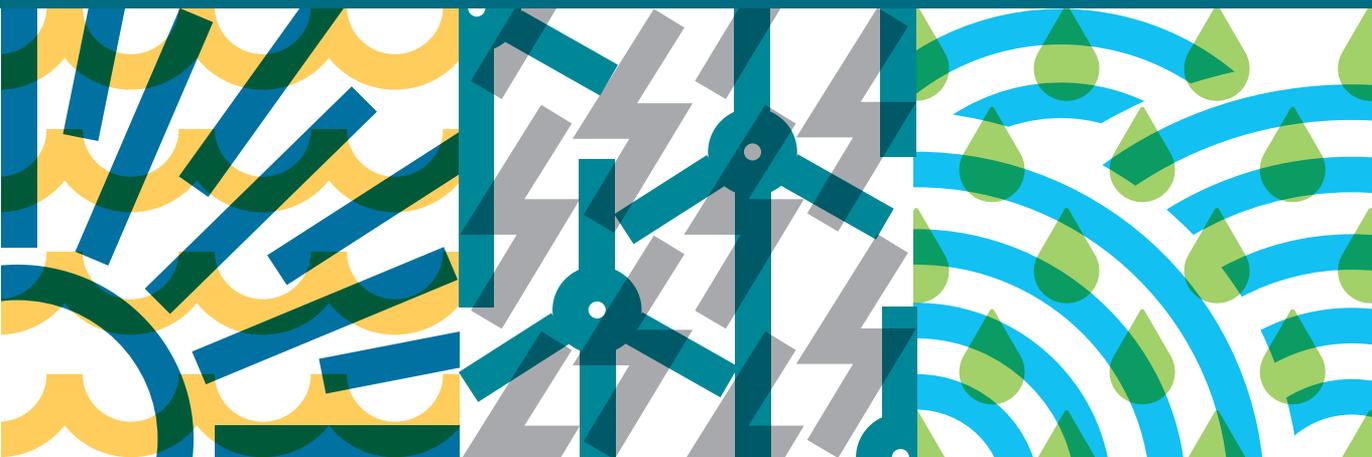
DIÁLOGO MERCOSUL – UNIÃO EUROPEIA



SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS,
SEGURANÇA ENERGÉTICA
E ALIMENTAR

15 E 16 DE AGOSTO DE 2017

RELATÓRIO



Konrad
Adenauer
Stiftung



CENTRO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS



AMENDS



Konrad
Adenauer
Stiftung



EKLA
Programa Regional Segurança
Energética e Mudanças Climáticas
na América Latina

A Fundação Konrad Adenauer (KAS) é uma fundação política alemã, independente e sem fins lucrativos. Atuamos com base nos valores da União Democrata-Cristã (CDU), partido político alemão. Promovemos a Democracia, o Estado de Direito, os Direitos Humanos e a Educação Política, bem como a Economia Social de Mercado e o desenvolvimento descentralizado e sustentável. Ao lado dos escritórios mantidos em vários países, a KAS desenvolve programas regionais transnacionais com ênfases temáticas. Um desses programas tem por objetivo a segurança energética e as mudanças climáticas na América Latina (EKLA) e está sediado em Lima, Peru. Na condição de instituição impulsora e consultora, EKLA-KAS objetiva complementar as atividades dos programas nacionais da KAS, potencializando seus efeitos por meio da formação de redes regionais e da transmissão de conhecimentos especializados em clima e energia.

www.kas.de



CEBRI
CENTRO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Independente, apartidário e multidisciplinar, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais é pautado pela excelência, ética e transparência na formulação e disseminação de conteúdo de alta qualidade sobre o cenário internacional e o papel do Brasil. Engajando os setores público e privado, a academia e a sociedade civil em um debate plural, o CEBRI influencia a construção da agenda internacional do país e subsidia a formulação de políticas públicas, gerando ações de impacto e visão prospectiva. Conectado à agenda internacional, o CEBRI identifica e analisa as mais relevantes questões internacionais, promovendo o engajamento entre a produção de conhecimento e a ação política.

www.cebri.org



AMENDS

O Instituto de Pesquisa em Meio Ambiente, Segurança Energética e Desenvolvimento Sustentável (AMENDS) é uma organização brasileira sem fins lucrativos que tem como meta a promoção de pesquisa sobre questões ambientais, energéticas e sociais perante a sociedade civil nos âmbitos político e educacional, tanto nacional quanto internacionalmente. Para isto, o AMENDS atua através da publicação de relatórios, estudos, policy papers e intervenções educacionais e culturais. O AMENDS é composto de pesquisadores da área de Relações Internacionais e do Direito e tem como premissa a defesa dos Direitos Humanos e do Meio Ambiente, a defesa dos valores democráticos e do estado de direito, a promoção da integração regional, a busca pela segurança energética e pelo desenvolvimento sustentável justo e equânime através da cooperação investigativa nacional e internacional. Criado em 2017, o AMENDS tem sede em São Paulo e seus pesquisadores estão baseados também no estado do Rio Grande do Sul (Brasil), no Uruguai e no Reino Unido.

APRESENTAÇÃO

Quase vinte anos após o início das negociações de um acordo de livre-comércio, o Mercosul e a União Europeia retomam e aceleram as conversas em busca de um acordo de cooperação que vai além do livre-comércio, cobrindo uma série de temas mais abrangentes que incluem o desenvolvimento sustentável.

No contexto da adoção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) pelas Nações Unidas em 2015 e dos compromissos assumidos pelos países-membros da Convenção do Clima da ONU sob o Acordo de Paris, que entrou em vigor em 2016, na forma das contribuições nacionalmente determinadas (NDCs) para combater as mudanças climáticas, uma das questões mais relevantes que se colocam é de que forma os países-membros dos dois blocos irão enfrentar os desafios que se apresentam para o cumprimento das metas assumidas de forma a promover a segurança alimentar e energética.

Para contribuir com a análise e a discussão sobre o potencial para a cooperação entre o Mercosul e a UE no contexto da implementação dos ODS e das NDCs relacionadas às mudanças climáticas, segurança energética e segurança alimentar, foi realizado, na Casa da ONU em Brasília, nos dias 15 e 16 de agosto de 2017, o **Diálogo Mercosul-União Europeia sobre Mudanças Climáticas, Segurança Energética e Alimentar**. Este projeto é resultado da colaboração entre o Programa Regional de Segurança Energética e Mudanças Climáticas na América Latina da Fundação Konrad Adenauer (EKLA-KAS), o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) e o Instituto de Pesquisa em Meio Ambiente, Segurança Energética e Desenvolvimento Sustentável (AMENDS).

DIÁLOGO MERCOSUL - UNIÃO EUROPEIA

SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS,
SEGURANÇA ENERGÉTICA
E ALIMENTAR

Um mundo em transformação. O convívio, muitas vezes não pacífico, entre um mundo velho que se esgota e um mundo novo que se insinua. Um mundo no qual será necessário que Ocidente e Oriente estabeleçam um diálogo para o futuro. Um mundo que demanda que instituições se adaptem a estas transformações. Um mundo que necessita explorar mais o potencial de cooperação que blocos como Mercosul e União Europeia apresentam em temas tão relevantes como as mudanças climáticas, a segurança energética e a alimentar, o que abre espaço para a atuação da sociedade civil para viabilizar e aprofundar o diálogo entre os blocos. Isto exige soluções criativas para que ambos os lados possam contribuir para a governança global. Este foi o pano de fundo das discussões que reuniram grandes especialistas em um workshop fechado na Casa da ONU, em Brasília, no primeiro dia da Conferência.

Foi destacado que as negociações que levaram à adoção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) exigiram o esforço de pensar o futuro em meio a uma grande diversidade de pessoas e interesses; em meio a um mundo cada vez mais complexo. “Os ODS e suas metas tratam-se de um esforço pragmático para tentar organizar um mundo em transição”, disse um dos participantes. Mundo este que passa por uma série de crises, que pode ser dividida em três: a crise sociocultural, que se refere à crise política e à crise de ética; a científico-tecnológica, que se reflete em mudanças no padrão de vida, na ruptura da ciência e na capacidade das guerras cibernéticas alterarem padrões e comportamento; e a crise climático-ambiental, que é também uma crise sistêmica e que altera padrões de vida. Todas estas crises e preocupações estavam presentes nas negociações tanto dos ODS quanto das NDCs, o que ajudou a construir e sistematizar uma visão de mundo.

Frente a estes desafios, foi lembrado que, no âmbito da cooperação Mercosul-UE, o Brasil terá que buscar uma postura de maior proximidade com os vizinhos nesses temas, já que o bloco sul-americano não opera conjuntamente nas negociações climáticas. Dentre as estratégias destacadas estão: pensar melhor as cidades, aprimorando a sua estrutura de transportes, e olhar para a forma como todos os ODS se relacionam; além de enxergar combinações estratégicas entre os ODS para cada bloco de forma a desenvolver uma concepção de região e uma visão comum pós-2030.

A integração regional também teve destaque na fala de outro especialista presente, pois ela é uma estratégia de segurança energética.

A partir da apresentação do panorama da política energética europeia e suas principais fases e drivers, foi mostrado como o bloco definiu metas como a redução de 40% dos gases de efeito estufa (GEE) até 2030 e os elementos que influenciaram essas decisões, como as próprias conferências internacionais sobre o tema, a crise do petróleo e disputas geopolíticas na região. Assim, o debate muda por causa do desenho do mercado e da tecnologia; e a energia é um ajuste contínuo, considerando que o mercado mudou e que as mudanças são necessárias, o que leva à necessidade de sermos responsivos às inovações tecnológicas.



Flávio Lira, representante, AMENDS; Denise Hamú, representante no Brasil, ONU Meio Ambiente; Christian Hübner, Diretor, EKLA-KAS; Julia Dias Leite, Diretora Executiva, CEBRI; João Gomes Cravinho, Embaixador da UE no Brasil; Carlos Magariños, Embaixador da Argentina no Brasil

Se na União Europeia a segurança energética é uma estratégia de integração regional, no Mercosul tal processo ainda enfrenta como obstáculos uma maior ênfase nas soberanias nacionais e a competição entre os países da região por maiores investimentos internacionais para o desenvolvimento de energias renováveis. A partir de dados publicados recentemente, identifica-se e ainda existe uma dificuldade de passagem da soberania para a integração na América Latina, sobretudo em questões energéticas. Esta situação nos coloca a necessidade de pensar na integração, na contribuição da região para a governança internacional e na mudança estrutural progressiva baseadas na eficiência schumpeteriana (ser intensivo em aprendizagem e inovação), na eficiência keynesiana (estar associado a mercados em rápida expansão) e na eficiência ambiental (desacoplamento entre crescimento econômico e emissões de carbono). Estes são pontos essenciais para superarmos um modelo de desenvolvimento que se mostra insustentável em termos ambientais e cujas contradições têm sido exacerbadas pelas tendências mundiais dominantes da economia e na sociedade em um mundo em rápido processo de mudança.

Ainda na questão da integração energética, como tema principal do primeiro painel, foi lembrado que a região do Mercosul tem que definir o que é a transição energética para si própria. O gás, por exemplo, é tido como uma fonte de transição, mas é preciso definir isso para toda a região e observar, no caso do Brasil, de qual fonte o gás tomará o lugar. As proposições para o futuro levam à adoção de um *mix* energético mais equilibrado e com menos participação dos combustíveis fósseis. O trilema energético (três dimensões que

levam à sustentabilidade energética, sendo elas a segurança energética, o acesso à energia e a sustentabilidade ambiental), elaborado pelo World Energy Council, leva à elaboração de três cenários para a América Latina: um cenário de alto crescimento econômico baseado em reformas estruturais e inovação; um cenário de mediano crescimento econômico com foco em sustentabilidade; e um terceiro de baixo crescimento econômico e investimento reduzido em infraestrutura, os quais podem gerar diferentes resultados em termos de sustentabilidade energética. Para lidar com tais cenários e seus possíveis resultados, a região deverá melhorar a sua capacidade de lidar com os desafios climáticos e promover a integração energética. Um dos grandes problemas nesse sentido é que, ao menos no Brasil, os diferentes atores não conversam entre si para chegar a um interesse comum. Especialistas apontam que o governo deveria diminuir a sua interferência e dialogar mais com os agentes econômicos.



Izabella Teixeira,
Ex-Ministra do Meio
Ambiente e Senior
Fellow do CEBRI

Como estratégias para definir pontos ou áreas de interesse comum entre o Mercosul e a EU e melhorar a cooperação entre os blocos, os especialistas destacaram o aprofundamento do diálogo com a sociedade para se definir o que buscamos em termos de integração energética, para se melhorar o ambiente institucional, aumentar-se a capacidade do Mercosul de atuar como bloco (ainda considerando que as soberanias são um valor muito forte nesses estados), buscar uma maior abertura do mercado agrícola da UE para os países do Mercosul e possibilitar maior acesso à tecnologia. Acima de tudo, é preciso desenvolver um novo olhar sobre a cooperação regional.

A relação entre mudanças climáticas, segurança alimentar e agricultura foi o tema do segundo painel do primeiro dia da conferência, destacando ações e oportunidades no Mercosul e na União Europeia. Na raiz dessa relação está a preocupação com o gerenciamento dos recursos naturais. Nesse sentido, a agricultura merece atenção especial, já que esta atividade tem grande impacto na manutenção dos recursos. Para a União Europeia, por exemplo, o desafio-chave é aumentar a competitividade do setor agrícola de forma sustentável, considerando a sustentabilidade como aspecto-chave da política de integração europeia, como as metas assumidas pelo bloco no Acordo de Paris e nos ODS. A inovação tecnológica como instrumento fundamental para combater as mudanças climáticas e garantir segurança alimentar e energética também teve destaque nas falas de diversos especialistas. Reduzir os impactos ambientais da produção agrícola, reduzir o desperdício de alimentos e aumentar a eficiência e as condições de produção dos produtores agrícolas estão entre os objetivos da União Europeia que devem ser alcançados

também com a ajuda da inovação. Abre-se, dessa forma, uma grande janela de oportunidade para a cooperação entre Mercosul e UE para melhorar e aprofundar a ligação entre pesquisa, produtores e tecnologias.



Painel 1: Mudanças climáticas e segurança energética na UE e no Mercosul

A agricultura também é atividade principal para muitos países do Mercosul. O Brasil, por exemplo, em seu Plano ABC (agropecuária de baixo carbono) se propõe a aumentar a restauração de pastagens e de florestas, aprimorar a implementação do Código Florestal e zerar o desmatamento ilegal da Amazônia, que é uma questão, acima de tudo, ética. O desafio é que cumprir todas essas metas significa ter um uso da terra (e transformação da mesma) muito diferente do que temos hoje no Brasil. Pensar, assim, o cumprimento das metas assumidas pelo Brasil em suas NDCs e nos ODS demanda ver a importância da conexão entre os vários ODS, já que um depende do outro. A erradicação da pobreza e a garantia da segurança energética, por exemplo, devem ajudar a cumprir os demais objetivos, tais como a segurança alimentar, tendo o desenvolvimento sustentável como o grande pano de fundo que conecta todos os dezessete objetivos. Com relação à produção agrícola, as mudanças climáticas e a segurança alimentar, a saída, para os especialistas, não é simplesmente diminuir o consumo de carne, mas sim concentrar os esforços no aumento da eficiência agrícola e ver a agricultura de forma integrada, ainda que com uma enorme diversidade de atores. Ainda, é preciso pensar em soluções simples que possam ser implementadas por todos os produtores agrícolas, ou que então, o governo reformule as suas políticas de forma que elas sejam passíveis de serem implementadas. No Brasil, é preciso que as grandes empresas agropecuárias que já estão no topo da produção e que já adotam iniciativas privadas para o alcance das metas estabelecidas nas NDCs ajudem aquelas empresas que estão na base do processo. Para o aprofundamento da cooperação Mercosul-UE, foi destacado que o conceito de agricultura sustentável é muito amplo e complexo e que ele deve ser visto sob uma perspectiva regional.

Destacando os problemas e desafios mais específicos dos países do Mercosul, foi lembrado que a América Latina enfrenta um processo de desadaptação à variabilidade do regime de precipitação da região, além de sofrer com grandes pressões como a intensa transformação do uso da terra, a pobreza, o desenvolvimento social e econômico e a

dinâmica política da região. “Esta realidade gera cenários cada vez mais complexos e sistemas cada vez mais sensíveis”, afirmou um dos especialistas. Assim, as chaves para a transformação são: superar a fragmentação setorial, aumentando a interação entre os setores de planejamento de energia, água e alimentos; combinar de forma adequada as escalas de análise; e promover melhores estratégias para a geração de conhecimento, aumentando, por exemplo, o diálogo acadêmico/extra-acadêmico. O aprofundamento da cooperação Mercosul-UE, nesse sentido, é caminho necessário, já que “hoje se negociam blocos, pois não há outras alternativas neste mundo em transformação”.



Painel 2: Mudanças climáticas e segurança alimentar na UE e no Mercosul

Uma questão que permeou todo o debate deste primeiro dia foi a dificuldade de se pensar o Mercosul como bloco, sendo este um dos mais importantes desafios para o aprofundamento da cooperação. Foi notada também a ausência da sociedade civil nas falas durante as discussões, o que mostra que o Mercosul ainda é muito precário na forma de incluir os atores sociais na formulação e implementação de políticas. Superar as dificuldades da integração regional na América do Sul e definir estratégias de implementação das NDCs e dos ODS em conjunto é a principal meta para ampliar e aprofundar a cooperação com a UE. Assim, o grande ponto de cooperação entre os blocos hoje é “a temática da cooperação tecnológica e ambiental, que conciliam as metas das NDCs e dos ODS em um novo modelo de desenvolvimento, ultrapassando as metas tarifárias que eram o objetivo central das negociações Mercosul/UE em seu início há quase vinte anos”, afirmou um dos especialistas presentes. A necessidade é, portanto, a de formar uma agenda regional que aborde esses novos temas e que vá de encontro à nova agenda global, que está sendo construída nesse mundo em grande transformação.

As relações entre população, meio ambiente e desenvolvimento deram início às discussões do segundo dia de conversas em um debate aberto e provocativo sobre os tópicos da agenda Mercosul-UE sobre mudanças climáticas, energia e segurança alimentar. “Existe um paralelismo histórico entre o aumento das emissões de GEE e o aumento populacional, mas em nível macro não existe nenhuma evidência de que essa correlação tenha causado um grande impacto, já que ao mesmo tempo houve um aumento da capacidade tecnológica, do bem-estar da população e da capacidade de inovação para

prover a população com os suprimentos necessários”, afirmou Jaime Nadal, representante do Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA). Questionando as crenças que nos foram transmitidas ao longo das décadas a partir de uma perspectiva malthusiana, Nadal afirmou que o ponto fundamental a ser considerado é que os padrões de consumo e de produção atuais são mais responsáveis pelo aumento das emissões do que o aumento populacional, ainda que a responsabilidade destes três elementos no aumento das emissões seja ponto de discussão acadêmica. Nesse sentido, lidar com os desafios atuais requer que alteremos um modelo de crescimento que, naturalmente, não nos permite alcançar os padrões do desenvolvimento sustentável presentes nos ODS.

As mudanças climáticas e as populações são temas que geram novas preocupações neste mundo em transformação, como os migrantes climáticos, o aumento do número de doenças infecciosas depois de um longo período de declínio, diminuição do suprimento de água e os impactos sobre as grandes cidades, que terão que se adaptar a realidades como o aumento do nível do mar e às dificuldades no suprimento de energia. Cidades mais compactas, eficientes, resilientes e que estejam adequadamente integradas: é assim que Nadal vislumbra um futuro que exige de nós soluções criativas e inovadoras para lidar com os grandes desafios que se colocam.



Estes mitos, como os citados por Nadal, são balizados pelas incertezas do mundo em transformação que vivemos hoje, como lembrou a ex-Ministra Izabella Teixeira. Citando referências como o livro recém-lançado por Sérgio Abranches, *A Era do Imprevisto: a grande transição do século XXI* (Companhia das Letras, 2017), Teixeira faz uma análise de diversos elementos que se colocam ou como desafio ou como oportunidade nesta era de transição, tais como: as guerras cibernéticas como fenômeno de empoderamento geopolítico; a crise climática como o fim do modo de vida atual; o papel do comércio exterior em acelerar a convergência entre as questões climáticas, energéticas e alimentares; a agricultura como forma de desenhar uma nova rota de diminuição das emissões dos gases-estufa.

Pensando a cooperação neste contexto de grandes mudanças, a ex-Ministra Teixeira lembra que entender que a soberania nacional é um valor para os países do Mercosul, um dos grandes desafios que se colocam para as negociações intra- e interblocos. “É preciso discutir entre os países do bloco estratégias e posições comuns com relação às mudanças climáticas e à segurança energética, é preciso criar uma identidade do Mercosul quanto aos temas discutidos”, destacou. As soluções, assim como afirmou Nadal, exigem criatividade e inovação e passam pela criação de um novo formato de cooperação internacional,

de novos espaços políticos e de um novo alinhamento de países em relação a compromissos globais. Pensar o que queremos depois de 2030, que países queremos ser, que tipo de desenvolvimento buscamos. Izabella Teixeira incentivou os jovens a assumirem esta tarefa.

O pontapé desta tarefa foi dado pelos ODS e pelas NDCs. Conhecendo o mundo no qual vivemos, devemos traçar as metas iniciais, mas olhar para as mudanças atuais e projetar cenários é essencial para pensar o mundo pós-2030. Suzana Kahn Ribeiro, do Painel Brasileiro sobre Mudanças Climáticas, destaca algumas áreas de atenção, como o setor energético, que assume papel crescente nas emissões brasileiras. O modelo de energia, portanto, e a demanda crescente por ela devem ser considerados nas metas de combate às mudanças climáticas. Em meio às incertezas sobre os impactos das mudanças climáticas, a única certeza é de que “o mundo vai se tornar cada vez mais restritivo em termos de carbono”, afirmou Ribeiro. E, para lidar com essas restrições, o Brasil e o Mercosul vão precisar investir mais em desenvolvimento tecnológico e em inovação financeira, como, por exemplo, criar um mercado de carbono nos moldes da União Europeia, olhando para o passado e aprendendo com os erros do bloco europeu.



Workshop com especialistas. 15 de agosto de 2017

O Brasil está se preparando e caminhando rumo a uma produção energética de baixo carbono na visão de Jeferson Soares, superintendente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) do Ministério de Minas e Energia, mas ainda há muito a se fazer. Para planejar o sistema energético brasileiro futuro é necessário realizar o crescimento do mercado e considerar o portfólio e as particularidades de cada fonte de energia, como disponibilidade, características intrínsecas e custos de geração. Quanto à participação de renováveis na matriz energética brasileira, Soares afirmou que até 2030 é necessário aumentar a participação das energias eólica, solar e hidrelétrica. Mas é preciso destacar, como lembrou Suzana Kahn, que falta capacidade de desenvolvimento tecnológico no Brasil, e que os baixos investimentos em pesquisa e desenvolvimento podem comprometer o alcance e a ampliação das metas brasileiras já que, por exemplo, o Brasil não domina o desenvolvimento de software para aumentar a produtividade da energia eólica. Na visão de Soares, para que a matriz energética seja mais diversificada até 2030 é preciso manter a geração hidrelétrica como base para a transição. Hoje, o Brasil não teria dificuldades para que em

2025 se chegar a uma participação de 49% das renováveis na matriz energética brasileira e a precificação do carbono, segundo Soares, pode melhorar a inserção do Brasil no universo das energias renováveis.

Criar uma política industrial é elemento essencial para o Brasil superar alguns desafios, como dominar todo o processo de produção da energia eólica e aumentar a sua competitividade; além de aumentar os investimentos em pesquisa e tecnologia. Estes foram alguns dos caminhos sugeridos pelos especialistas no painel sobre segurança energética, mediado pelo Professor Paulo Velasco. Além disso, é preciso considerar a construção de cenários como etapa essencial para tornar palatáveis as tomadas de decisão. Como afirmou Teixeira, é preciso sair da “ambição média”, ter coragem de apostar, ter um debate sério sobre cidades sustentáveis, integrando a cidade e o campo, desenvolver uma inteligência para o futuro.



Alberto Pfeifer, Secretária de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

A roda de conversas sobre segurança alimentar se iniciou com a fala do diretor do Programa Mundial de Alimentos da ONU (WFP), Daniel Balaban, que destacou que a maioria dos países que o WFP ajuda atualmente são países quem enfrentam os impactos mais diretos das mudanças climáticas globais, dando início a um círculo vicioso que passa por conflitos por causa da escassez de alimentos e aumenta a suscetibilidade da população a grupos insurgentes. “Quando se trabalha com a questão alimentar, a paz é atingida mais facilmente”, ele afirmou. O WFP trabalha com políticas públicas alimentares e nutricionais para países vulneráveis, tendo em parceiros como o Brasil casos de sucesso como o combate às secas no país, cujos impactos foram amenizados nos últimos vinte anos devido a políticas de resiliência para conter situações de vulnerabilidade às mudanças climáticas, segundo Balaban. Com relação à produção agrícola, o WFP hoje investe em comprar produtos locais ou de países vizinhos para estimular os agricultores locais a darem continuidade aos programas implementados.

Alan Bojanic, diretor da FAO no Brasil, lembrou que segurança alimentar não se refere somente à produção de alimentos, mas também ao acesso e a estabilidade de acesso a alimentos saudáveis a qualquer momento e por qualquer pessoa. Segundo dados publicados no Mapa da Fome de 2015 (publicado pela FAO), ainda existem 793 milhões de pessoas no mundo que não consomem a quantidade necessária de alimentos para levar uma vida ativa e saudável. E este é um problema que tende a aumentar à medida que cresce a população mundial, que deve chegar a quase dez bilhões de habitantes no ano

de 2050. Bojanic destacou, no entanto, que a produção de alimentos cresce no mundo todo, mas o acesso não. O aumento da produção global deve vir com uma intensificação dos sistemas produtivos e não com a expansão das áreas incorporadas para a produção. Olhando para o futuro, temos grandes desafios como a crescente urbanização do mundo, com uma parcela grande de população jovem, e a degradação dos recursos naturais como as florestas, os solos, a água e os impactos das mudanças climáticas. As perdas e o desperdício de alimentos também são um grande problema, já que o desperdício mundial é quase igual à produção de alimentos na África, afirmou Bojanic. É preciso, portanto, que os sistemas produtivos sejam mais eficientes no uso da água e na conservação do solo, que a produção agrícola seja cada vez mais descarbonizada e que se trabalhe para diminuir os impactos das mudanças climáticas sobre a produção de alimentos de forma a garantir a segurança alimentar.

Um aspecto que não pode ficar de fora do debate sobre mudanças climáticas, segurança energética e segurança alimentar é o financiamento, como bem lembrou Annette Killmer, do Setor para Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a fechar o painel sobre financiamento e os diálogos do segundo e último dia de conferência. De forma a melhorar a participação dos bancos de desenvolvimento no enfrentamento dos desafios das mudanças climáticas, o BID criou, em 2016, um novo departamento de mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável, e decidiu, por meio de sua diretoria, que 30% de seus financiamentos precisam ser relevantes para as mudanças climáticas. Uma visão de futuro também está presente na atuação do BID e outros bancos de desenvolvimento, já que os projetos estruturantes aprovados hoje precisam ter uma vida de vinte e cinco anos, e o prazo de amortização desses empréstimos também precisam ser considerados, pois começam a ser pagos em torno de vinte a vinte e cinco anos.

A reunião de especialistas e a participação do público no **Diálogo Mercosul-União Europeia sobre Mudanças Climáticas, Segurança Energética e Alimentar** representaram uma grande oportunidade de discussão das causas, processos e dinâmicas relacionados a essas áreas. Acima de tudo, o encontro possibilitou que se pensasse em *encaminhamentos* para os desafios apresentados, com todos os panelistas e debatedores convergindo em relação à essencialidade da participação *multissetorial* para a resolução de entraves. A cooperação sociedade civil-empresariado-estado e sua harmonização com os blocos dos quais fazem parte são condições *sine qua non* para melhorias efetivas em torno das questões ambientais, energéticas e alimentares. Somada a isto, a interação entre ambos os blocos, em um nível inter- e extra-institucional, potencializará as sinergias já existentes entre os vários componentes das estruturas dos estados, do mundo dos negócios, da academia e da sociedade civil ampla. Partindo das idiosincrasias inerentes ao processo de integração de cada bloco e como elas afetam os temas trabalhados neste Diálogo, deve-se otimizar a busca por caminhos responsáveis - mas também ousados - para se atingir metas comuns aos dois blocos, assegurando responsabilidade socioambiental e segurança energética e alimentar para os cidadãos de ambos os lados do Atlântico.



Debate Público, 16 de agosto de 2017



DIÁLOGO MERCOSUL – UNIÃO EUROPEIA

SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS,
SEGURANÇA ENERGÉTICA
E ALIMENTAR

ORGANIZAÇÃO:



APOIO:



REALIZAÇÃO:

